

## **PRIMEIRO PRESIDENTE DA ABRAT . Uma homenagem a Celso Soares**

Benizete Ramos de Medeiros<sup>1</sup>

*“Às vezes, cada um tem do mesmo fato, visão diferente, pois os fatos afetam diferentemente os que deles participam”.* (Celso da Silva Soares)

### **Introdução**

Em obra que resgatou a história dos advogados trabalhista e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas: ABRAT, desde a sua fundação, identificando seus objetivos estatutários, os motivos de sua criação, os CONAT e outros, publicada no ano de 2016<sup>2</sup>, tive o prazer de entrevistar, dentre outros, todos os ex-presidentes da ABRAT que estavam vivos durante o tempo de pesquisa e produção – 2013 a 2015 – dentre eles, aquele que foi primeiro presidente.

No mês de janeiro de 2022<sup>3</sup> faleceu Celso da Silva Soares, primeiro presidente da Instituição, deixando um legado importante no mundo jurídico, já que foi também presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros: IAB e da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas: ACAT, além de advogado militante na defesa dos direitos sociais e humanos. Esse texto, portanto, tem cunho de homenagem, trazendo trechos da sua entrevista feita para o livro, que foi pautado em pesquisas documentais e entrevistas feitas.

Assim, revisita o início da constituição da ABRAT e eleição da primeira diretoria.

### **1. As primeiras ideias de uma associação nacional de advogados trabalhistas**

Esse início da história da ABRAT foi marcado por muitas conversas, alianças políticas internas, realçando a qualidade intelectual dos que a idealizaram, portanto, é certo dizer, que o quilate daqueles que a fundaram contribuiu para sua definição e estruturação, de forma gradativa, nas décadas que se seguiram, delimitando espaço e impondo a supremacia na atuação de um ramo especial do Direito – o do Trabalho – e na Justiça especializada. Releva anotar que marcados por certa discriminação há décadas, em relação aos outros ramos da advocacia, o que provocou o desejo inicial de organização e fortalecimento pelo grupo de advogados, mas não sem percalços e escolhos, ainda presentes nos dias atuais.

---

<sup>1</sup> Benizete Ramos de Medeiros. Advogada Trabalhista; doutora em Direito e Sociologia; mestre em Direito; professora; membro da Escola Superior da Advocacia Trabalhista da ABRAT; diretora e membro da Comissão de Direito do Trabalho do IAB; diretora e ex-presidente da Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho: JUTRA.

<sup>2</sup> MEDEIROS. Benizete Ramos. Os Trabalhistas – Da discriminação à Ascensão e a contribuição da ABRT; SP: Ltr. 2016

<sup>3</sup> Somente no mês de março de 2022, alguns de nós tomamos conhecimento de seu falecimento, através de seu filho, que fez a comunicação ao IAB, em razão de convocação para eleição de diretoria. Não sabemos o dia exato.

A regularização e constituição da primeira diretoria da ABRAT ocorreram no ano de 1979, apesar de já estar em movimento e atuando desde 07 de agosto de 1978, por ocasião do IV Encontro Estadual dos Advogados Trabalhistas, promovido pela AGETRA, em Porto Alegre, a qual fez realizar o primeiro Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas juntamente com o encontro estadual. As ideias iniciais, entretanto, ocorreram no ano de 1977. A Associação teve, o nome de Associação Nacional de Advogados Trabalhistas – ANAT –, alterado posteriormente.

Nasceu de diálogos ocorridos em 1977 durante o III Congresso Estadual de Advogados Trabalhistas do Rio Grande do Sul, sob a direção da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas – AGETRA. Benedito Calheiros Bomfim, já conhecido jurista do Rio de Janeiro e membro da Associação Carioca de Advogados Trabalhistas – ACAT –, havia sido convidado para proferir palestra de abertura nesse encontro. O advogado carioca Costa Neto era o presidente da ACAT à época e, diante disso, propôs que se fizesse uma grande delegação para prestigiar o conferencista, Bomfim.

A delegação foi constituída por parte do segmento da advocacia trabalhista carioca, entre eles, Moema Baptista, Calheiros Bomfim, Custódio Neto, Paulo Reis, Costa Neto, Celia Belmonte, Carlos Eduardo Azevedo Lopes (Kadu), Nelson Tomaz Braga, Celso da Silva Soares, Gisa Nara Machado, além de outros. Com isso, “fizemos uma grande delegação. Éramos uns 20 do Rio de Janeiro e, lá nesse encontro, eu conheci sessenta advogados gaúchos”.<sup>4</sup> À época, se faziam presentes os advogados do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros estados, mencionando-se, além dos cariocas acima registrados, Reginaldo Felker (RS), Bernadete Kutz (RS), Olga Araujo (RS), Heron Araújo (RS), Tarso Genro (PR), Luiz Burmeister (RS), Edésio Passos (PR) e Carlos Arthur Paulon.

Assim, nascia naquele estado, no ano de 1977, o plano de se criar uma associação de âmbito nacional que pudesse abraçar as questões de aderência ao Direito do Trabalho, da Justiça do Trabalho e, dessa forma, da defesa dos direitos e garantias fundamentais, bem como os interesses do próprio grupo de advogados trabalhistas, já que eram tempos de vilipêndio e abuso. Eram os chamados anos de chumbo, cuja restrição de direitos às liberdades é historicamente conhecida.

A ideia inicial – embora o interesse do próprio grupo fosse também a busca do maior equilíbrio entre o capital e trabalho, num país de desigualdades – era a

---

<sup>4</sup> BAPTISTA, Moema. Entrevista gravada em 28 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro. RJ.

organização, a valorização e o fortalecimento dos profissionais que militavam nesse segmento do Direito, com o “intuito de fazer a advocacia trabalhista ser respeitada”, segundo Felker<sup>5</sup>. Esses dois objetivos caminharam juntos, constatação feita com as entrevistas realizadas e a análise de documentos que deram os principais suportes ao livro.<sup>6</sup> Assim, confirmando-se com as palavras de quem esteve presente nas primeiras intenções de fundação e que viria a ser o primeiro presidente da Associação, Celso da Silva Soares, acrescenta<sup>7</sup>:

Em 1977, a AGETRA realizou um encontro e convidou o Bomfim para falar, que sugeriu formar uma delegação para ir a Porto Alegre, o que causou uma grande surpresa e alegria. Lá, surgiu a ideia de se fundar uma associação nacional e, lá mesmo, se fundou a ABRAT, marcando-se o I Encontro para o ano seguinte, em 1978.

Desse modo, o marco inicial quanto ao desejo se deu no ano de 1977, no Estado do Rio Grande do Sul, durante a realização do III Encontro Estadual de Advogados Trabalhistas, promovido pela AGETRA, sob a presidência de Olga Araújo, embora, oficialmente, fosse fundada somente dois anos depois. Mas, já se marcava o nascimento da associação nacional.

Ante o clima que envolvia o jantar comemorativo do evento, mais um passo foi dado nesse mesmo ano (1977), qual seja de se fazer um encontro nacional, reunindo as associações estaduais, o que ficou definido para o ano seguinte, ou seja, em 1978, quando outros passos rumo à regularização e solidificação seriam dados e por ser de âmbito nacional não era simples reunir o grupo, até porque não eram tempos de comunicações fáceis.<sup>8</sup>

## **2.O marco da criação da ABRAT e a participação de Celso Soares**

Em 1978, junto com o IV Encontro da AGETRA, ocorreu I Encontro Nacional dos Advogados Trabalhistas – ENAT (como eram chamados os atuais CONAT). Logo, foi nesse ano o primeiro ato oficial da associação nascente. O objetivo primeiro de reunião desse grupo de advogados especializados também tinha por escopo sedimentar e

---

<sup>5</sup> FELKER, Reginaldo. Entrevista gravada em 10.10.2013, por ocasião do XXXV CONAT, no Rio de Janeiro

<sup>6</sup> Nesse ponto, é fundamental identificar os nomes dos participantes, o que se faz com base em documentos e lembranças dos entrevistados, já que foram os pioneiros na ideia de criação da ABRAT, e muitos deles continuam sustentando, inclusive politicamente, a Associação.

<sup>7</sup> SOARES, Celso da Silva. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 2013.

<sup>8</sup> BAPTISTA, entrevista cit..

estruturar a Associação. Para isso, estavam presentes outras associações estaduais, como a carioca – Associação Carioca de Advogados Trabalhistas (ACAT); a paranaense – Associação de Advogados Trabalhistas do Paraná (AATP); a capixaba – Associação Espírito Santense de Advogados Trabalhistas (AESAT); a paulista – Associação de Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP); a brasiliense – Associação de Advogados Trabalhistas do Distrito Federal (AATDF); e a fluminense – Associação Fluminense de Advogados Trabalhistas (AFAT). O nome inicial escolhido foi de Associação Nacional de Advogados Trabalhista – ANAT –, alterada, posteriormente, mediante reforma estatutária ocorrida em 29 de agosto de 1981 para Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT.

Tais informações foram confirmadas por Reginaldo Felker, que completou os dados acerca das circunstâncias específicas da ida de um grande grupo carioca de advogados trabalhistas ao Sul do País. Ele confirmou que havia sido convidado para falar no encontro estadual, em Porto Alegre no ano de 1977, o já conhecido à época, Benedito Calheiro Bomfim, o qual não foi sozinho. Juntamente com ele, chegaram de surpresa mais oito colegas do Rio de Janeiro, entre eles, Moema Baptista, Celso da Silva Soares, Costa Neto e Fischer. Lá reunidos, surgiu a conversa de se criar uma instituição nacional que congregasse o grupo dos advogados trabalhistas, já bem definido naquele momento em vários estados, mas com atuação mais tímida e pontual. As decisões foram tomadas, “acertando-se fazer o estatuto”<sup>9</sup>.

O número dos integrantes da delegação do Rio de Janeiro nesse III Encontro da AGETRA parece não ser consenso na memória dos que lá estiveram. Diante dessa circunstância, opta-se, aqui, por apontar as divergências, com o fito de se demonstrar a maior fidelidade possível às entrevistas. Para Felker, foram oito; para Moema Baptista,

O ano de 1977 foi o começo de tudo, quando a AGETRA realizava seu III Encontro Estadual. Esse foi o começo de tudo. Lá fomos nós, da ACAT, rumo a Porto Alegre, com uma delegação de mais de 20 advogados. (...) Foi uma grande confraternização. Tudo foi tão bom que resolvemos, no ano seguinte, fazer um encontro nacional, compromissados em contatar vários Estados e/ou seccionais da OAB. (...) Nesse encontro, veio a ideia de fundarmos uma Associação Nacional, congregando as Associações Regionais/Estaduais. Assim fizemos, ali firmando o compromisso de instalá-la no ano seguinte, pela ausência de um estatuto a ser redigido e democraticamente discutido.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> FELKER, Entrevista cit..

<sup>10</sup> BAPTISTA; SOARES. Entrevistas cit..

A ideia de sistema federativo é ínsita no nascedouro da ABRAT, que se rege congregando as Associações Estaduais, com o intuito de promover o fortalecimento da Nacional e o estímulo ao aumento da filiação estadual, até então em números reduzidos.

A despeito de se ter realizado o I Encontro de âmbito nacional dos Advogados Trabalhistas e deixar delineadas as intenções do grupo, o certo é que não havia ainda uma diretoria definida, uma vez que a Associação, mesmo passado um ano, não se encontrava regularizada. Isso só veio a ocorrer no ano de 1979, por ocasião do II ENAT – Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas, (hoje CONAT) –, ocorrido no período de 15 a 19 de julho, na cidade do Rio de Janeiro, quando então a Associação se regularizou, criando-se o primeiro estatuto.

### **3. Celso Soares, o primeiro presidente da ABRAT e a disputa com o Sul**

A composição da primeira diretoria – biênio 1979/1981– não se deu com coesão, já que marcada por disputas e insatisfações, o que nem sempre ocorreu. Após várias, demoradas e acirradas discussões, ficou definida a seguinte composição: Presidente: Celso da Silva Soares (RJ); vice-presidente: Ulisses Riedel de Resende (DF); vice-presidente administrativo: Carlos Arhur Paulon (Niterói, RJ); vice-presidente de relações regionais: Mario Chaves (SP); secretário geral: Francisco Domingues Lopes (RJ); tesoureiro: João Alves de Góes (Niterói, RJ); diretor de comunicação: Sizernando Pechincha Filho (ES).<sup>11</sup>

Aqui, nesse ponto, é importante revelar os detalhes relacionados a essa primeira eleição como também aos fatos relacionados à nomeação dos nomes dos diretores, em razão de se compreender melhor as circunstâncias que marcaram esse momento e fazer entender que a ABRAT já nasceu evidenciando seu espírito crítico e de debates.

Pelo visto, os membros do grupo representantes do Estado do Rio de Janeiro<sup>12</sup> não eram uníssonos na candidatura do advogado trabalhista Celso Soares, na posição de presidente, uma vez que, segundo ele mesmo, “Nossa estimada ex-presidente Moema Baptista – talvez por considerar que, tendo sido o Rio Grande do Sul o pai da ideia de se fundar a ABRAT, seria justo que a primeira presidência lhe coubesse – engajou-se na

---

<sup>11</sup> Revista da ABRAT, 5ª ed. Comemorativa aos 25 anos, setembro 2003, p. 3. Optou-se por transcrever, no corpo do texto, os nomes dos diretores, diferentemente como se fez em relação às demais, em razão de se tratar da primeira formação da ABRAT.

<sup>12</sup>É comum, entre os advogados trabalhistas que integram as associações estaduais ou a nacional, referirem-se a outro advogado ou a grupos pelo estado a que pertence. Neste capítulo, mantêm-se essas expressões, por revelar detalhes da história.

candidatura de Olga, mas isso não trouxe problemas para a ACAT”.<sup>13</sup> Essa dissidência dentro de integrantes de seu próprio Estado (RJ) é confirmada por Moema Baptista, quando revela os motivos pelos quais ela não apoiava, de início, a candidatura proposta de Celso Soares.

Essa primeira eleição já veio marcada com o que seria a principal característica de nosso espírito associativo. Embora tivéssemos assumido o compromisso de eleger alguém da AGETRA, houve uma divisão. Eu mantive minha posição, mas, após reuniões durante todo o Encontro, a unanimidade nacional elegeu Celso Soares.<sup>14</sup>

Nesse aspecto de ter existido dissidência para a primeira eleição, há unanimidade. Felker confirma que estavam presentes as duas associações do Rio Grande do Sul, a AGETRA e a ATERGS (hoje SATEGS), “sem unidade e sem consenso quanto à indicação do nome da Olga Araújo para presidente e, portanto, com esse “racha no Sul, o Rio aproveitou e lançou o Celso como presidente, embora o nome seria a Olga”.<sup>15</sup>

Importante ressaltar, do ponto de vista da existência de divergências políticas internas entre os advogados trabalhistas, vinculados às duas associações existentes no Estado do Rio Grande do Sul, que, segundo Celso Soares<sup>16</sup>, “chegam a esse segundo encontro, já com dissidências entre eles mesmos”. Sobre esse fato, relembra que já havia uma campanha para eleições, pouco comum numa Associação que estava sendo constituída. “Eu já conhecia o seu espírito aguerrido, mas, naquela ocasião, os gaúchos roubaram a cena com cartazes coloridos e algazarra, fazendo lembrar as convenções para escolha de candidatos à Presidência da República dos Estados Unidos”.<sup>17</sup>

Começou, pois, a se desenhar a hipótese de que esse grupo de advogados pode ter se constituído com objetivos além da mera reunião para estudos do Direito do Trabalho ou pela ampliação e proteção do rol dos direitos sociais, mas, sim, da ocupação de espaços em outras instituições privadas e governamentais. Ou a disputa pôde estar atrelada ao desejo natural e humano da vitória pela vitória sobre outro ou algo. De qualquer sorte, a divergência no seio do grupo esteve presente desde o início e se apresentou em alguns momentos futuros.

---

<sup>13</sup> SOARES, Revista citada, p. 19.

<sup>14</sup> BAPTISTA, Revista citada, p. 25.

<sup>15</sup> FELKER, Reginaldo e KURTZ, Bernadete. Entrevistas citadas.

<sup>16</sup> SOARES, Celso da Silva. Entrevista publicada na Revista 25 anos Comemorativa dos 25 anos da ABRAT. p. 19.

<sup>17</sup> *Id.*

Ante a tais fatos, a eleição da primeira diretoria se deu em grande clima de dissidência e ampla discussão, como se viu acima, deixando isso registrado na memória dos que estiveram presentes a essa oficial fundação. Com a cisão havida entre o próprio grupo do Estado do Sul – de onde se originara a própria ideia de criação de uma associação de âmbito nacional –, os interesses precisaram ser conciliados a fim de concluir a eleição. Isso ocorreu com as vozes de Mario Chagas e Sizernando Pechincha, que, ante ao fato de não haver convergência para o nome de Olga Araújo, fizeram a sugestão do nome de Celso Soares, da ACAT (Rio de Janeiro).

Constata-se que, esses acontecimentos iniciais não haviam sido esquecidos, ao menos na memória de alguns de seus personagens, os quais não foram capazes de apagar esse momento inicial notadamente acerca das celeumas políticas existentes. Tal afirmação se deve ao fato de serem lembrados e “passados a limpo”, com réplicas e trélicas, na ocasião da confecção da revista comemorativa dos 25 anos da ABRAT, no ano de 2003, de cuja publicação se extraem várias informações. Um deles foi o de Luiz Lopes Burmeister, do Rio Grande do Sul, que aponta como explicação utilizada “pelo Rio de Janeiro” para o presidente ter sido um carioca, e não uma gaúcha, como era de se esperar, algo que ficou conhecido como “aquela coisa da divisão dos gaúchos”, para tentar justificar o compromisso não cumprido da eleição de uma gaúcha, Olga Araújo, para presidente da Associação nascente.<sup>18</sup>

A dissidência gaúcha referida é explicada por ele, com fundamento, na medida em que a AGETRA foi fundada como o objetivo de estudar o Direito do Trabalho, além da representação corporativa. Todavia caminhou de forma vultosa para a defesa sindical de trabalhadores, fato que tornou “inevitável que, logo em seguida, aqueles advogados fundadores da entidade e comprometidos, por vínculos de exercício profissional, com as teses empresariais, tenham se afastado da entidade-mãe, fundando outra”. E segue: “faço esse registro “de leve”, sem ressentimentos, apenas para mostrar que a dissidência gaúcha, aproveitada contra nós, nunca foi coisa inconsequente ou desimportante”.<sup>19</sup>

Ao pé da página desse documento, se vê, em tréplica – ou seria réplica? – uma pequena nota em que acena Celso Soares,

Às vezes, cada um tem do mesmo fato, visão diferente, pois os fatos afetam diferentemente os que deles participam. Aproveito, porém, para dizer que não pretendi, no meu texto, fazer análise histórica ou política, nem imputar responsabilidades, nada disso. (...) Assim, não me referi à divisão dos gaúchos para justificar coisa nenhuma, nem

---

<sup>18</sup> BURMEISTER, Luiz Lopes. Entrevista publicada na Revista comemorativa dos 25 anos da ABRAT. p. 24.

<sup>19</sup> *Id.*

considere a dissidência gaúcha inconsequente ou sem importância (...).<sup>20</sup>

Tais fatos não foram, por certo sem incomodação, pois ouvi do mesmo Celso, a seguinte proposição:

Primeira diretoria foi numa eleição concorridíssima, tinha gente até em pé na sala. Eu participei dessa reunião num estado... não estava bem, encarei como um fardo, eu não estava naquele estado alegre, porque a associação mais associativa estava rachada e dissidência de gaúcho é um problema “vem logo com a faca nos dentes”.<sup>21</sup>

Se o consenso é algo burro, como popularmente se diz, ao contrário *sensu*, as divergências estimulam boas ideias e teses diversificadas, mesmo porque as crises não impedem o alvorecer. Com efeito, esse dissenso inicial só fortaleceu a instituição nascente, dando indicativo das responsabilidades dos que se dispuseram a assumir a direção naqueles primeiros anos, insinuando grandes compromissos futuros.

E Celso disse mais,

“Para mim foi determinante, a ABRAT nasceu de uma disposição de luta, não nasceu pra ser uma associação a mais, não. Nasceu com objetivo de lutas para modificar coisas, reformar, assegurar garantia dos trabalhadores

A ABRAT não nasceu de nenhum arroubo de vaidade pessoal ou classe, pelo contrário, nasceu de um grupo de advogados trabalhistas que tinham consciência estava acima de vaidade e de orgulho de profissões.”<sup>22</sup>

Os membros de diretora sempre se doaram, tanto no aspecto material e financeiro quanto de renúncia de tempo, diferentemente de outras associações, como ANAMATRA, AMATRA, OAB, etc...

Embora, com momentos menos combativos, o certo é que a ABRAT, desde o início, se manteve aguerrida e disposta a combater qualquer tipo de propostas que representassem retrocesso social e precarização de direitos trabalhistas, de prejuízos ou limitação ao exercício da advocacia especializada. Isso já se percebia nos discursos iniciais e mesmo nas disputas por espaço interno.

Contudo, assim como o IAB e a OAB, o certo é que, em algumas outras épocas, havia maior dedicação a um ou outro foco, quer pelas necessidades políticas e sociais do país, quer pelas características da diretoria. Notadamente, era o presidente que impunha um ritmo mais ou menos dinâmico. E Celso, era dinâmico e intenso.

---

<sup>20</sup> SOARES. Revista citada, p. 24.

<sup>21</sup> SOARES. Entrevista cit.

<sup>22</sup> idem



#### 4 O encontro nacional após constituída a Associação

Constituída a associação e estabelecidos seus objetivos iniciais, compreendiam tanto a primeira diretoria como as seguintes que, nessa fase, o fundamental era tratar da organização. Era preciso torná-la conhecida do norte ao sul, sobretudo nas regiões norte e nordeste, uma vez que, na época, o associativismo desse segmento da advocacia – o trabalhista – já existia com algumas associações estaduais, como a AGETRA e ACAT, ou seja, as duas mais antigas, e também com AATP (Paraná); AESAT (Espírito Santo); AATDF (Brasília); AFAT (região fluminense – RJ) e AATSP (São Paulo). Para isso, percebia-se a necessidade de realização de encontros e reuniões, com intuito de unificação do discurso, abrindo fronteiras e fincando a bandeira da união do grupo dos advogados trabalhistas, não nos Estados entre o grupo, mas com outras instituições, como a ANAMATRA, ANPT, TST, TRT e OAB.

No entender de Celso a Associação precisava ganhar o Brasil,

Então meu primeiro objetivo foi o seguinte: Essa associação está praticamente reduzida ao sudeste e então temos que avançar pelo Brasil afora senão não seremos associação brasileira. E com dinheiro do meu próprio bolso fiz as viagens e durante o meu mandato fiz dois ENATS. Um na Bahia (depois do primeiro) e outro em Belém do Pará. Na Bahia e no Pará já existiam associações, pequenas, embora a Bahia fosse mais ativa<sup>23</sup>

A ampliação associativa estava ínsita em seu primeiro estatuto, no artigo 2º., alínea “e Incentivar a criação de novas Associações de advogados Trabalhistas”, e não somente criar, mas também fomentar a união e reunião. É o que se extrai do mesmo documento, mesmo artigo, alínea “h” Promover encontros regionais, nacionais e internacionais de Advogados Trabalhistas”.<sup>24</sup>

Em atenção a esse estatuto, passou-se a organizar reunião nacional anualmente e em estados distintos, para discussão de temas relevantes do cenário político, jurídico, econômico e social do país, no interesse do grupo e dos direitos sociais, com palestrantes de renomes, em grande parte alinhada, não somente com a ideologia da instituição, mas também com ideias contrárias, no intuito de trazer reflexão e estimular o debate. Isso qualificava os membros, principalmente os recém-saídos das academias, e também se aproveitava para posições políticas de enfrentamento de questões

---

<sup>23</sup> SOARES, ent. Ci.

<sup>24</sup> *Id.*

fundamentais relacionados aos interesses sobre os quais orbita a ABRAT e os advogados trabalhistas.

A forma e o modelo adotados para isso eram os ENAT, como eram chamados os Encontros Nacionais de Advogados Trabalhistas, embora o nome e formato se alterassem com o tempo, atualmente CONAT. O primeiro deles, já havia ocorrido em Porto Alegre, RS, no ano 1978, quando do primeiro encontro nacional. Seu objetivo era também discutir a forma de criação da Instituição nacional.

Os primeiros encontros tinham uma formatação bem diversa dos atuais, já que se priorizavam as proposições de teses, as discussões, tanto assim que havia concurso de teses com regulamentos e, ao final publicado os Livros de Teses, retomadas parcialmente a partir da gestão de Antônio Fabricio, 2012/2014, quanto a ideia de teses

Com base nos temas e subtemas objetos dos encontros nacionais eram e, é possível perceber quais os pontos de confluência do grupo nos cenários histórico-político e jurídico. As ações que viriam a serem adotadas posteriormente em relação a essas grandes discussões eram fundamentais para manutenção dos objetivos iniciais. Nada, porém, era fácil.

A associação nascia sem estrutura financeira, sem arrecadação, apenas contando com a disposição e possibilidade de gastos dos que integravam as diretorias estaduais e a nacional, como é ainda hoje.

Nesses tempos iniciais as dificuldades eram muitas, não havia internet, redes de comunicações móveis ou telefonia farta, de redes sociais, tampouco diversificação das empresas aéreas disputando espaço pela concorrência, elevando, o custo das viagens.

Então, sob a batuta de Celso Soares foi realizado II encontro, no ano de 1979, quando a instituição já estava constituída, surgindo importante documento, qual seja, a Carta do Rio de Janeiro, de onde se extrai mais que tomadas de posições, mas os objetivos e a reafirmação dos propósitos da Associação recém criada, que certamente teve “o dedo” de cultura e inspiração de Celso em sua redação:

A “Carta do Rio de Janeiro” [...] aprovada por aclamação na sessão de encerramento do II Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas, expressa sentimento geral dos participantes e o espírito unitário do Encontro, enfatizando o vínculo necessário entre a democracia política e o Estado de Direito com a democracia na ordem do trabalho [...] declaram à Nação Brasileira que firmaram posição consubstanciada nos princípios fundamentais aqui estabelecidos. A sociedade brasileira deve, imediatamente, se reorganizar em Estado Democrático, afastadas as leis de exceção remanescentes, através de uma anistia

ampla, geral e irrestrita de Assembleia Nacional Constituinte. Para formação do Estado Democrático, o estudo do Direito do Trabalho deve identificar as características antidemocráticas da lei brasileira, devendo buscar garantir aos trabalhadores a liberdade e autonomia dos sindicatos para defesa dos seus legítimos interesses, e devem recolocar, como prioritário, o caráter socializante desse ramo da ciência jurídica (...) Os advogados trabalhistas assumem o público compromisso de contribuir para o desenvolvimento público, social e econômico da sociedade brasileira, aprimorando a lei sob os princípios fixados nesta Carta, imprimindo a sua atividade a preocupação principal pela efetiva participação dos trabalhadores na vida, riqueza e poder nacionais”<sup>25</sup>

Esse documento foi produzido no momento de sua regulamentação. Portanto, o intento específico era resgatar o respeito dos advogados trabalhistas, dos direitos sociais dos trabalhadores, da efetiva participação na vida, na riqueza e no poder nacional, pela redemocratização do país, e na ordem do trabalho.

É possível notar que esses primeiros tijolos com a característica de dinamismo que marcava Celso Soares, foi fundamental para que a ABRAT chegasse até 2022, sólida, aguerrida e participativa.

Confirma-se com o saudoso José Hildo Sarcinelli Garcia que efetivamente, a busca era essa,

A ABRAT é uma casa de debate, casa de cidadania, casa do bom combate, casa das lembranças dos amigos que se foram, casa da defesa dos direitos humanos, casa da luta pela democracia, casa do respeito às opiniões divergentes, casa da indignação com as injustiças sociais, casa da luta pelas transformações sociais, casa da defesa das prerrogativas dos advogados trabalhistas. Mas também é um lar de uma grande família.”<sup>26</sup>

Essas foi a grande participação de Celso Soares na ABRAT, mas que não se circunscreveu à sua presidência, pois sempre foi participativo nos CONAT, tendo sido o Patrono nacional no ano de 1999, no XXI CONAT ocorrido em Curitiba, PR, no mês de outubro, sob a presidência de Clair da Flora Martins.

## **5.Celso Soares na ACAT e no IAB**

Celso foi eleito para o Instituto dos Advogados Brasileiro – IAB, para 63ª legislatura, biênio 2004/2006. O IAB, sempre teve fundamental importância no mundo

---

<sup>25</sup> Carta do Rio de Janeiro. Documento transcrito parcialmente na Revista da ABRAT, 5 edição- Comemorativa aos 25 anos, 2003, p. 3.

<sup>26</sup> GARCIA, José H. S.. In: *Op.cit.* p. 13. [nota]

jurídico do país, não somente porque deu origem à OAB, mas como instituto de pesquisa e produção de teses jurídicas dos mais relevantes temas.

Teve um mandato profícuo, por ser talhado para ocupar esse importante cargo em cujo discurso de saída com prestação de contas, deixou o seguinte registro:

Não vim dá lições, mas somente expor meu pensamento sobre o que entendo necessário à continuidade do nosso projeto. Pode-se concordar ou não. Em vez de sonhar com o futuro, estivemos comprometidos com a sua construção no presente. Demos um saldo de qualidade, com a necessária visão prospectiva, com coragem e audácia, mas sem nos distanciarmos da realidade, pena não percebermos os movimentos de mudança no seu interior. Saio da presidência como entrei: confiante no futuro.<sup>27</sup>

Também estive à frente da Associação Carioca de Advogados Trabalhistas: ACAT, no biênio de 1985 a 1987 contribuindo para as demandas relacionadas aos advogados trabalhistas do Rio de Janeiro.

Como o objetivo deste texto é voltado à participação em especial do homenageado nos primeiros anos de fundação da ABRAT, deixa de trazer fatos e documentos relacionados à sua participação nas demais Instituições, mesmo porque essas pesquisas não foram feitas.

Celso era um homem intenso, alegre, gostava de música, de dançar e com apreço especial pelo seu pandeiro o que era fácil constatar nos encontros das associações ou outros encontros sociais em que estivesse presente.

Um marcante orador, com voz firme, grave, forte, contundente, destemido, com inteligência incomum que envolvia facilmente seus interlocutores e ouvintes. Deixou livros, artigos, manifestos e discursos.

## **6. Comentários finais**

Celso Soares, o homenageado nesse singelo resgate histórico acerca da constituição e primeira diretoria da ABRAT, foi um homem que honrou a advocacia e as associações por onde passou. Esteve sempre à frente das principais lutas sociais, no campo individual e associativo. Presidiu as principais associações de advogados do país, como a ABRAT, sendo seu primeiro presidente; o IAB e a ACAT. Foi homenageado várias vezes e teve como importante marca o verbo culto, fácil e uma oratória marcante e incomum com seu timbre de voz grave.

---

<sup>27</sup> Site <https://www.iabnacional.org.br/conheca-o-iab>. Acesso em 18 de março de 2022

Homem de hábitos simples e amante da boa música, oportunidade que não perdia de encontrar um par para bailar nos salões ou se sentar numa cadeira para bater em seu pandeiro.

Deixou livros, artigos, manifestos e discursos e com isso, não morreu, pois seus feitos e a lembrança vão viver na história e na memória dos que com ele conviveram.

### **Referencias**

BAPTISTA, Moema. Entrevista gravada em 28 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro. RJ.

\_\_\_\_\_. Revista da ABRAT, 5ª ed. Comemorativa aos 25 anos, setembro 2003, p. 3.  
BURMEISTER, Luiz Lopes. Entrevista publicada na Revista comemorativa dos 25 anos da ABRAT. setembro de 2003

FELKER. Reginaldo. KURTZ. Bernadete Entrevista gravada em 10.10.2013, por ocasião do XXXV CONAT, no Rio de Janeiro

MEDEIROS. Benizete Ramos. Os Trabalhistas – Da discriminação à Ascensão e a contribuição da ABRT; SP: Ltr. 2016

GARCIA, José H. S..in Revista da ABRAT, 5ª ed. Comemorativa aos 25 anos, setembro 2003.

SOARES, Celso da Silva. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 2013. Site visitado

Site <https://www.iabnacional.org.br/conheca-o-iab>. Acesso em 18 de março de 2022